



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2015 E 2014

MUXFELDT MARIN E CIA LTDA.

CNPJ: 97.578.090/0001-34 – INSCR. ESTADUAL: 138/0018320

Rua do Comércio, 1420 – Centro

Fone /Fax: (54) 3344-1277

E-mail: mux@muxenergia.com.br

Site: www.muxenergia.com.br

99950-000 - TAPEJARA - RIO GRANDE DO SUL



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO	7
BALANÇO SOCIAL ANUAL.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	17
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	33



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais			
ATIVO	Nota	2015	2014
CIRCULANTE		12.787	10.433
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7.999	5.225
Consumidores	5	3.723	3.056
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	186	442
Serviços em Curso	7	-	360
Estoque		505	482
Despesas Pagas Antecipadamente		8	14
Outros Ativos Circulantes	8	366	854
NÃO CIRCULANTE		6.143	6.092
Consumidores	5	340	340
Tributos a Compensar	6	51	63
Ativo Financeiro da Concessão	9	5.148	4.695
Investimentos	10	254	248
Intangíveis	11	350	746
TOTAL DO ATIVO		18.930	16.525
PASSIVO			
CIRCULANTE		5.226	3.269
Fornecedores	12	1.978	1.317
Salários e Encargos a Pagar	13	249	225
Tributos e Contribuições Sociais	14	516	380
Encargos Setoriais	15	1.177	507
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	16	654	435
Outras Passivos Circulantes		652	405
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.704	13.256
Capital Social		7.500	7.500
Reservas de Lucros		6.204	5.756
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.930	16.525

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 31 DE DEZEMBRO

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais		
	Nota	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		40.350	26.457
Fornecimento de Energia Elétrica	17	37.501	23.899
Outras Receitas Operacionais	18	2.849	2.558
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	19	(18.306)	(6.830)
Impostos Estaduais		(7.997)	(5.189)
Impostos Federais		(3.678)	(1.125)
Impostos Municipais		(10)	(11)
Encargos Setoriais		(6.621)	(505)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		22.044	19.627
CUSTO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	20	(15.813)	(13.515)
CUSTO DA OPERAÇÃO	21	(4.366)	(3.865)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.865	2.247
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	22	289	271
RESULTADO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		2.154	2.518
Imposto de Renda		(499)	(593)
Contribuição Social		(195)	(228)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		1.460	1.697
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		770	500
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.230	2.197

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULAD.	QUOTAS EM TESOUR.	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	7.500	4.719	-	-	12.219
Dividendos Pagos	-	(660)	-	-	(660)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(500)	-	(500)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.197	-	2.197
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.697	(1.697)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	7.500	5.756	-	-	13.256
Dividendos Pagos	-	(900)	-	-	(900)
Aquisição de quotas próprias	-	(52)	-	(60)	(112)
Distribuição das quotas em tesouraria	-	(60)	-	60	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(770)	-	(770)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.230	-	2.230
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.460	(1.460)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	7.500	6.204	-	-	13.704

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais	
	2015	2014
Atividades Operacionais	4.691	930
Lucro Líquido do Exercício	1.460	1.697
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	1.061	743
Amortização	368	340
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	623	341
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	78	62
Equivalência Patrimonial	(8)	
Variações no ativo circulante	432	(1.839)
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(667)	(1.105)
(Aumento) Redução Serviços em Curso	360	(267)
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	255	-
(Aumento) Redução Estoque	(23)	(9)
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	6	224
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	489	(664)
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	12	(18)
Variações no passivo circulante	1.738	329
Aumento (Redução) Fornecedores	662	(143)
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	24	1
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais	136	(15)
Aumento (Redução) Encargos Setoriais	670	176
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	246	310
Atividades de Investimento	(624)	(690)
Vendas de Ativo Intangível	-	56
Aquisições do Ativo Intangível	(664)	(752)
Contribuição e Doações do Consumidor	40	6
Atividades de Financiamento	(1.293)	(660)
Pagamento de dividendos	(900)	(660)
Aquisição de quotas próprias	(112)	-
Juros sobre o capital próprio	(281)	-
Total dos efeitos no caixa	2.774	(420)
Saldo inicial de caixa	5.225	5.645
Saldo final de caixa	7.999	5.225
Variação no caixa	2.774	(420)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE DEZEMBRO

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais	
	2015	2014
Receitas	40.350	26.457
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços	40.350	26.457
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(17.948)	(15.291)
Custo da Energia Comprada	(15.813)	(13.515)
Materiais	(180)	(105)
Serviços de Terceiros	(250)	(410)
Outros	(1.705)	(1.261)
(=) Valor Adicionado Bruto	22.402	11.166
(-) Quotas de depreciação	(368)	(340)
(=) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Concessionária	22.034	10.826
(+) Valor Adicionado Recebido em Transferências	1.094	805
Receitas Financeiras	1.094	805
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	23.128	11.631
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	1.371	1.275
Remunerações	1.223	1.124
Encargos Sociais (exceto INSS)	77	72
Convênio assistencial e outros benefícios	71	79
Governo	19.335	7.977
INSS (sobre folha de pagamento)	335	326
ICMS	7.997	5.189
Imposto de renda e contribuição social	694	821
Outros	10.309	1.641
Financiadores	192	182
Despesas financeiras	35	34
Aluguéis	157	148
Acionistas	2.230	2.197
Remuneração do capital próprio	770	500
Lucros retidos	1.460	1.697
Valor adicionado distribuído	23.128	11.631
Valor adicionado (médio) por empregado	1.006	506

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO

Senhoras e Senhores Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societárias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda. (Mux Energia) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Cenário

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 71 anos de existência. A produção de energia é integrada por uma PCH interligada com o sistema de distribuição.

Com sede em Tapejara, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 59 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Mux Energia para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio das premiações que a Concessionária recebeu em 2015: Prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) como a melhor Concessionária de Distribuição do Brasil e 1º lugar na categoria Região Sul Sudeste e Centro-Oeste até 30 mil UCs.

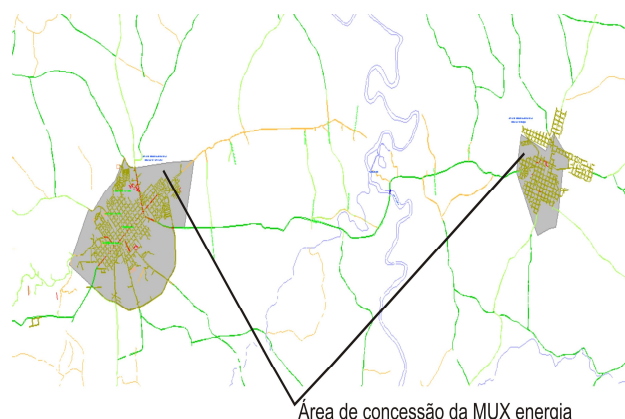
Geração, Distribuição de Energia Elétrica

Geração

Em 31/12/2015, a Concessionária detinha 01 MW de potência instalada em operação, sendo que a produção anual foi de 06 MW.

Distribuição

A Mux Energia distribui energia elétrica para as áreas urbanas de Tapejara e Ibiaçá no Rio Grande do Sul.



Ligação de Consumidores – foram realizadas no ano 313 novas ligações. Com destaque 256 residenciais, 55 comerciais, e 02 nas demais classes de consumidores, totalizando 11.228 consumidores atendidos pela Mux Energia, número 2,87% superior ao de 2014.

Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	8.056	8.462	8.902	9.130	9.386
Comercial	1.233	1.308	1.498	1.561	1.616
Industrial	104	103	100	99	99
Rural	27	27	25	25	24
Poderes Públicos	73	79	74	78	80
Iluminação Pública	96	73	27	6	6
Serviço Público	12	13	15	16	17
Total	9.601	10.065	10.641	10.915	11.228
Varição	4,91%	4,83%	5,72%	2,57%	2,87%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Mux Energia no período de janeiro a dezembro de 2015, foi de 61 GWh (62 GWh em 2014).

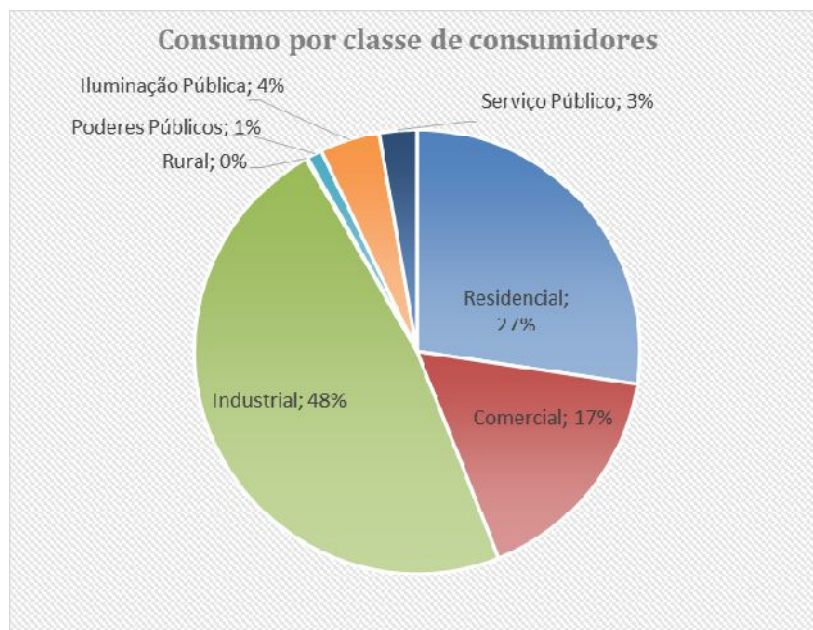
Dentre as classes de consumo, a com maior relevância é a industrial que representa 48% do total do faturamento. As atividades econômicas mais significativas e que representam 92% do consumo da classe são: preparação de leite, fabricação de artefatos de plástico e fabricação de frutas cristalizadas e balas.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.



Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	55	58	59	62	61
Fornecimento	55	58	59	62	61
Residencial	14	15	16	17	17
Comercial	8	9	10	11	10
Industrial	29	30	29	29	29
Rural	0	0	0	0	0
Poderes Públicos	1	1	1	1	1
Iluminação Pública	2	2	2	3	3
Serviço Público	1	1	1	2	2
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	55	58	59	62	61
Varição	4,69%	6,07%	1,28%	4,87%	-0,88%

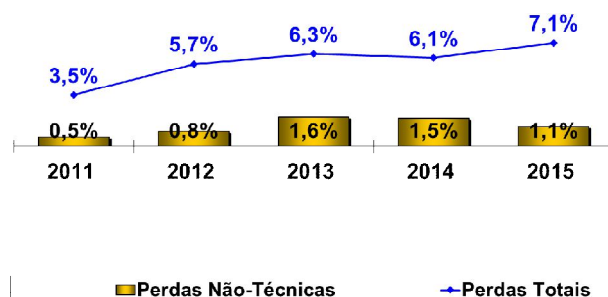
O gráfico a seguir demonstra o percentual de consumo de energia elétrica por classe de consumo no ano de 2015:



As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram uma evolução negativa de 1% em 2014 para 2015.



Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	55	58	59	62	61
- Fornecimento	55	58	59	62	61
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	55	58	59	62	61
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Pernas na Distribuição	2	4	4	4	5
Perdas Técnicas	2	3	3	3	4
Perdas não Técnicas - PNT	0	1	1	1	1
PNT / Energia Requerida %	0,5%	0,8%	1,6%	1,5%	1,1%
Perdas Totais - PT	2	4	4	4	5
PT / Energia Requerida %	3,5%	5,7%	6,3%	6,1%	7,1%
Total	57	62	63	66	66
Suprimento Rio Grande Energia	51	58	57	59	60
Geração Própria	6	4	6	7	6
Total	57	62	63	66	66



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 2,87% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:



Número de consumidores

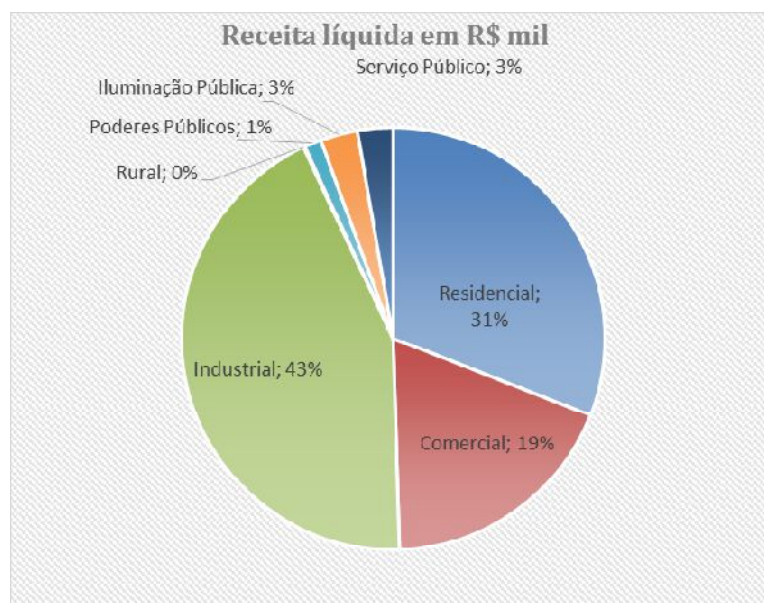
Classe	2015	2014	%
Residencial	9.386	9.130	2,80%
Comercial	1.616	1.561	3,52%
Industrial	99	99	0,00%
Rural	24	25	-4,00%
Poderes Públicos	80	78	2,56%
Iluminação Pública	6	6	0,00%
Serviço Público	17	16	6,25%
Total	11.228	10.915	2,87%

Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 27.351 mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil

Classe	2015	2014	%
Residencial	8.446	5.897	43%
Comercial	5.101	3.502	46%
Industrial	11.897	7.045	69%
Rural	30	20	47%
Poderes Públicos	357	268	33%
Iluminação Pública	777	461	69%
Serviço Público	742	486	53%
Total	27.351	17.680	55%

O gráfico a seguir demonstra o percentual da receita líquida por classe de consumo de energia elétrica no ano de 2015:





Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.906 de 23 de junho de 2015 homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da Mux Energia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 36,46%, sendo 30,48% referente ao reajuste tarifário anual econômico e 5,48% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

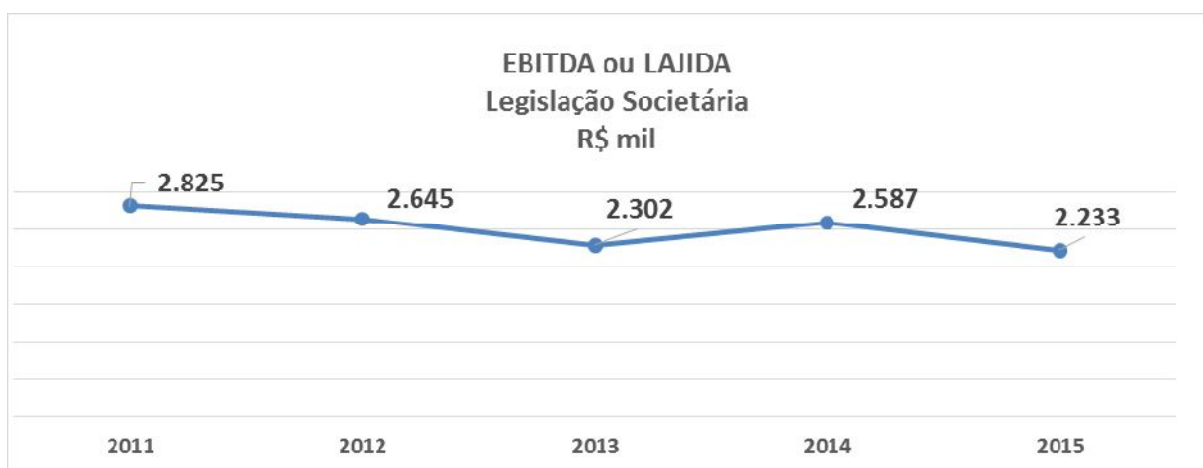
Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh	
	Sem Impostos	Com Impostos
Residencial	510,46	729,58
Comercial	510,46	655,38
Industrial	510,46	729,58
Rural	368,68	408,49
Poderes Públicos	510,46	729,58
Iluminação Pública	291,07	389,93
Serviço Público	440,91	632,67

Desempenho econômico-financeiro - Em 2015, o lucro líquido foi de R\$ 2.230 mil, comparado com o de 2014 R\$ 2.197 mil, houve um acréscimo de 1,55%.

A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 22.044 mil, enquanto que em 2014 ficou em R\$ 19.627 mil. Destaca-se a apropriação dos valores da receita de construção no valor de R\$ 858 mil, salienta-se que esta receita é anulada com os custos de construção (registrados no grupo Custo da Operação), uma vez que a margem de construção da infraestrutura adotada é igual a zero.

Destacamos as medidas de redução de custos tomadas pela empresa para melhor adequação dos resultados.

O EBITDA ou LAJIDA, Resultado do Serviço (DRE), adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 2.233 mil, inferior em 13,65% comparado a 2014, que foi de R\$ 2.587 mil.



Investimentos - Os investimentos realizados pela empresa em 2015 totalizaram R\$ 883 mil sendo que o maior investimento foi em máquinas e equipamentos para a distribuição de energia elétrica



que representaram R\$ 816 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento.

Investimentos	2015	2014
Obras de Geração	-	21
Obras de Distribuição	883	457
Instalações Gerais	-	134
Total dos Investimentos	883	612

Qualidade do fornecimento - A ANEEL exige que todas as distribuidoras certifiquem o processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade DEC e FEC, com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9000.

Os indicadores DEC (duração equivalente de interrupções por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupções por unidade consumidora) são os dois principais indicadores que representam a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

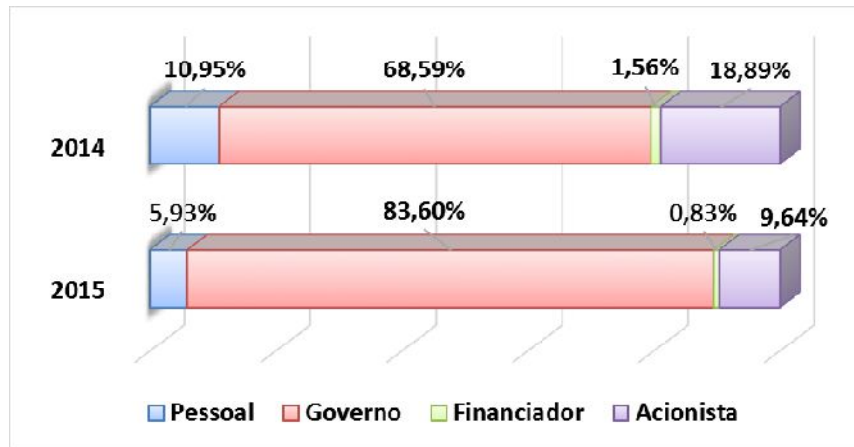
Classe	Número de consumidores		
	2015	2014	%
Residencial	9.386	9.130	2,80%
Comercial	1.616	1.561	3,52%
Industrial	99	99	0,00%
Rural	24	25	-4,00%
Poderes Públicos	80	78	2,56%
Iluminação Pública	6	6	0,00%
Serviço Público	17	16	6,25%
Total	11.228	10.915	2,87%

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos - No exercício de 2015, a Mux Energia pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 770 mil (R\$ 500 mil em 2014), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social. Normalmente 50% do lucro líquido de cada exercício tem sido destinado aos quotistas.

Composição acionária - Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.



Valor adicionado - Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Mux Energia foi de R\$ 23.128 mil, representando 57,32% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Atendimentos aos quotistas - Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

Administração - Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento as mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela qualidade total – A MUX ENERGIA possui o Certificado de Registro nº FS 544410 emitido pelo órgão certificador BSI Brasil. Em 2015 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001. O escopo de foi a “Distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de coleta de dados, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, indicadores individuais e coletivos de



continuidade do fornecimento de energia elétrica, bem como, o tratamento das reclamações de consumidores”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da MUX ENERGIA em novembro de 2015.

Responsabilidade Social - Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionado investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

Com relação aos programas de Eficiência Energética, em 2015 a empresa ainda não possui nenhum projeto em andamento.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Mux Energia. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara, 13 de março de 2016.

Mario Atílio Marin

Presidente

CPF: 030.976.250-20



BALANÇO SOCIAL ANUAL

Legislação Societária

							Valores expressos em milhares de reais	
							2015	2014
1. Base de Cálculo								
1.1	Receita Líquida(RL)					22.044	19.627	
1.2	Lucro Operacional(LO)					1.865	2.247	
1.3	Folha de Pagamento Bruta (FPB)					1.706	1.601	
2. Indicadores Sociais Internos								
		Valor	% S/ FPB	% S/ RL	Valor	% S/ FPB	% S/ RL	
2.1	Encargos Sociais	412	24,14	1,87	398	24,86	2,03	
2.2	Alimentação	67	3,93	0,30	73	4,56	0,37	
2.3	Segurança	2	0,12	0,01	3	0,18	0,01	
2.4	Outros	2	0,12	0,01	3	0,18	0,01	
TOTAL		483	28,30	2,19	477	29,78	2,43	
3. Indicadores Sociais Externos								
		Valor	% S/ LO	% S/ RL	Valor	% S/ LO	% S/ RL	
3.1	Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	19.000	1.018,76	86,19	7.651	340,49	38,98	
3.2	Contrib. p/a Sociedade	12	0,64	0,05	10	0,43	0,05	
TOTAL		19.012	1.019,40	86,25	7.660	340,92	39,03	
4. Indicadores Corpo Funcional								
		Nº de Empregados			Nº de Empregados			
4.1	Nº Empreg. ativos início ano	22			23			
4.2	Nº Admissões no ano	2			1			
4.3	Nº Demissões no ano	-2			-2			
4.4	Nº Empreg. ativos fim ano	22			22			
	Escolaridade							
	Superior	8			7			
	Ensino Médio	8			9			
	Ensino Fundamental	6			6			
	Faixa Etária dos Empregados							
	Até 30 de idade	2			3			
	De 31 a 40 anos	9			7			
	De 41 a 50 anos	8			11			
	Superior a 50	3			1			
	Mulheres que trabalham na empresa	6			6			
	Menor Aprendiz	1			0			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

01 – Contexto Operacional

A Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda – Mux Energia é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no município de Tapejara, localizada ao norte do estado do Rio Grande do Sul. Os principais objetivos sociais da Mux Energia são: geração de energia elétrica sob o regime de serviço público por meio da usina hidrelétrica existente e distribuição de energia na sua área de concessão nos municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Possui em operação uma pequena central hidroelétrica – PCH (Avante) com capacidade instalada de 01 MW localizada no Rio Ligeiro, município de Ibiaçá-RS.

02 – Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado outra forma. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações financeiras em ambos os períodos apresentados.

2.2 - Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

03 – Principais Práticas Contábeis

3.1 - Contratos de Concessão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as



empresas prestadoras dos serviços de distribuição de energia estabelecem regras claras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras; a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1- Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Dessa forma as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, as quais são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco mínimo de valor, estão demonstradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.



3.3 - Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada (estimativa) na posição 31/12/2015, contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda os impostos diretos; os serviços prestados; acréscimos moratórios e outros bem como a provisão para crédito de liquidação duvidosa calculadas de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

3.4 - Almoxarifado operacional

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (estoque de manutenção, de obras e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 - Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esses ativos a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 4 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição- VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve ser depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL, e podem ser modificados tempestivamente.

3.6 - Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e ações, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.



3.7 - Intangível

O ativo intangível da empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 ICPC 01 – OCPC 05- Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso de infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõe a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL que regulamenta a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.8 - Redução ao valor recuperável de ativos

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.9 - Encargos Setoriais

São obrigações a recolher, originadas dos encargos do consumidor de energia elétrica definidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

3.10 – Contingências Passivas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas



circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para contingência é atualizada mensalmente quando há previsão Provável de saída de recursos, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis. Devido a irrelevância de valores de estimativas de contingências prováveis as mesmas não foram contabilizadas.

3.11 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, sobre o lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

São calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitadas a 30% do lucro real. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.12 - Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime da competência.

04 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	674	212
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.325	5.013
	7.999	5.225

05 – Consumidores

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:



	2015	2014
Fornecimento Curto Prazo	4.024	2.922
Outros créditos	13	45
Não faturado	660	400
Participação Financeira do Consumidor	-	40
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(974)	(351)
Sub-total	3.723	3.056
Fornecimento Longo Prazo	340	340
	4.063	3.396

O valor a receber de R\$ 340 mil de Consumidores (Fornecimento de Longo Prazo) refere-se a fatura de energia elétrica nº 9775 da empresa Laticínios Bom Gosto S.A. CNPJ nº 94.679.479/0001-88. Foi constituído no faturamento de janeiro/2013, com vencimento em 25/02/2013, a qual entrou em processo de recuperação judicial. A previsão de pagamento conforme fl. 3582 dos autos está prevista para data a partir de junho/2016 a dezembro/2026.

Composição do grupo Contas a Receber

Classe de Consumidores	Vincendos	Vencidos		Subtotal	PCLD	Total	
		até 90 dias	mais de 90 dias			2015	2014
Residencial	988	179	11	1.178	(9)	1.169	827
Industrial	1.366	13	939	2.318	(939)	1.379	1.432
Comercial	622	66	5	693	(4)	689	497
Rural	3	-	-	3	-	3	2
Poder Público	8	-	-	8	-	8	33
Iluminação Pública	70	-	-	70	-	70	57
Serviço Público	95	-	-	95	-	95	64
Subtotal	3.152	258	955	4.365	(952)	3.413	2.912
Serviço Taxado	6	2	-	8	(1)	7	7
Outros Créditos	4	-	-	4	(21)	(17)	37
Renda não faturada	660	-	-	660	-	660	400
Participação Financ.	-	-	-	-	-	-	40
Total	3.822	260	955	5.037	(974)	4.063	3.396

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme descrito no item 3.3 – Consumidores - Principais Práticas Contábeis, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e com a legislação do imposto de renda, que estabelece os seguintes critérios:

- (a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.



O valor é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

06 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Imposto de Renda - IRPJ	-	1
Contribuição Social - CSLL	-	-
ICMS a Compensar	4	268
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	54	60
Programa de Integração Social - PIS	23	20
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	105	93
	186	442
Não Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	51	63
Total	237	505

O ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado são créditos fiscais referente à compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da empresa.

Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser efetuado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por empresa fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Os demais impostos serão compensados nos recolhimentos dos tributos calculados na competência seguinte.

07 – Serviços em Curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens em curso - ODS, os Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D desenvolvidos pela Concessionária, os quais fazem parte dos encargos setoriais. No ano de 2015 foram concluídas as ODS referente aos programas que estavam em andamento em 2014.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	206
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	154
	-	360



08 – Outros Ativos Circulantes

	2015	2014
Outros Devedores	22	43
Proinfã Recolhimento Antecipado	-	32
Subsídios Tarifários *	344	779
	366	854

* A rubrica Subsídios Tarifários refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidro energéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras. O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE – Cota de Desenvolvimento Energético, para cobrir custos decorrentes da a) exposição no mercado de curto prazo limitado ao montante não atendido pela alocação das quotas; b) risco hidrológico das quotas; e c) ESS – Encargo de serviços do sistema (usinas térmicas).

No exercício de 2015, a Empresa reconheceu como compensação de custos de energia referente aos aportes de CDE um total de R\$ 1.235 Milhões referente a 12 parcelas das quais remanesce um saldo de R\$ 309 Mil e 35 Mil de Descontos Tarifários.

09 – Ativo Financeiro da Concessão

O ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de concessão estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01(IFRIC 12), a Concessionária tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo ativo financeiro e ativo intangível.

Saldo inicial do Ativo Financeiro	4.695
Transferência do Intangível	740
(-) Transferência das Obrigações Especiais	(287)
Saldo final do Ativo Financeiro	5.148



	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo Financeiro da Concessão	5.148	4.695
Ativo Intangível da Concessão	350	746
Total Contrato de Concessão	<u>5.498</u>	<u>5.441</u>

Contrato de Concessão da Concessionária

A Mux Energia detém a concessão de distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS. Em 18 de outubro de 2000, a empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL assinaram o contrato de concessão nº 087/2000, que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. A concessão para distribuição de energia elétrica tinha prazo até abril de 2017, sendo que a Mux Energia em 11/10/2012 protocolou requerimento na ANEEL formalizando interesse na prorrogação da concessão. Em 09/12/2015 se deu a renovação através do quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão, prorrogando o mesmo até 31/12/2045. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Vinculação dos Bens a Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 – Investimentos

Estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Participações Societárias Permanentes	209	201
Outros Investimentos	45	47
	<u>254</u>	<u>248</u>



11 – Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2015	2014
Em serviço (Líquido)	498	839
Em Curso	2	26
Obrigações especiais (Líquida)	(150)	(119)
	350	746

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são os seguintes:

	Serviço	Curso	Total
Saldo em 31/12/2014	720	26	746
Adições	-	859	859
Baixas	(195)	-	(195)
Amortização	(289)	-	(289)
Transferência - Ativo Intangível	883	(883)	-
Transferência - Ativo Financeiro	(740)	-	(740)
Obrigações Especiais	(31)	-	(31)
Saldo em 31/12/2015	348	2	350

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores dos consumidores e dos Municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo da Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações

	2015	2014
Participação dos Municípios	14	13
Participação do Consumidor	186	172
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	45	32
Reintegração	(178)	(138)
Participações em Curso	83	40
	150	119



12 – Fornecedores

	2015	2014
Energia Elétrica	1.956	1.188
Materiais e Serviços	22	129
	1.978	1.317

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Concessionária, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

13– Salários e Encargos a Pagar

	2015	2014
Folha de Pagamento Líquida	77	62
Férias	150	139
Tributos Retidos na Fonte	22	18
Consignações em Folha	-	6
Total	249	225

14– Tributos e Contribuições Sociais

	2015	2014
Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	58	41
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	269	188
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	36	40
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	9	8
Tributos Retidos na Fonte	57	35
Imposto sobre Serviços	1	2
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	60	23
Contribuição Social Lucro Líquido - CSLL	26	43
Total	516	380



15 – Encargos Setoriais

De acordo com o descrito no item 3.9, o quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei:

	2015	2014
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	8	7
Ministério das Minas e Energia - MME	4	4
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	441	25
Programa de Eficiência Energética - PEE	168	275
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	76	197
Encargos de Capacidade Emergencial	-	(1)
Taxa de Fiscalização	2	-
Adicional Bandeira Tarifária	478	-
Total	1.177	507

16 – Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores. A Empresa optou por creditar aos acionistas Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 770 mil.

Na Assembleia Geral Ordinária é feita a definição do valor a ser distribuído a título de dividendos. Em 2015, a distribuição foi no valor de R\$ 900 mil, referente a lucros acumulados de exercícios anteriores.

	2015	2014
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP	770	500
Imposto de renda retido sobre JSCP	(116)	(75)
Dividendos	-	10
	654	435

17 – Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 7.500 Milhões, no valor de R\$ 1,00 por quota.



18 – Receita Bruta (Fornecimento de Energia Elétrica)

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Classe Consumidores	Nº de Consumidores		MWh		Valores	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Residencial	9.386	9.130	16.793	17.409	12.073	8.318
Industrial	99	99	29.285	28.872	15.321	8.955
Comercial	1.616	1.561	10.294	10.707	7.316	4.955
Rural	24	25	81	84	33	22
Poder Público	80	78	677	774	476	353
Iluminação Pública	6	6	2.670	2.522	1.041	609
Serviço Público	17	16	1.684	1.661	1.065	688
Subtotal	11.228	10.915	61.484	62.031	37.325	23.900
Não Faturado					260	(1)
Obrigações Especiais *					(84)	-
Total	11.228	10.915	61.484	62.031	37.501	23.899

Obs.: O valor expresso foi formado por Consumo + Demanda + Fator de Potência + ICMS + PIS + COFINS

* Obrigações Especiais: De acordo com a orientação da ANEEL contida no Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser contabilizadas como obrigações especiais a partir da data contratual da revisão tarifária da concessionária.

19 – Outras Receitas Operacionais

	2015	2014
Receita de Construção	858	675
Arrendamentos e Aluguéis	16	15
Renda da Prestação de Serviços	46	54
Compartilhamento de Infraestrutura	183	215
Difereça Mensal de Receita	111	88
Subsídios Tarifários	1.366	1.326
Serviço Taxado	64	53
Outras Receitas	205	76
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	-	56
Total	2.849	2.558



20 – Deduções Sobre a Receita Bruta

	2015	2014
Impostos Estaduais	7.997	5.189
ICMS	7.997	5.189
Impostos Federais	3.678	1.125
PIS	656	201
COFINS	3.022	924
Impostos Municipais	10	11
ISS	7	8
IPTU	3	3
Encargos Setoriais	6.621	505
CDE	4.143	277
PEE	100	100
P&D	100	100
Taxa de Fiscalização	28	28
Adicional Bandeira Tarifária	2.250	-
Total	18.306	6.830

21 – Custo com Energia Elétrica

	Quantidade em MWh		Milhares de R\$	
	2015	2014	2015	2014
Compra de Energia	58.943	57.238	13.698	10.697
PROINFA	1.552	1.480	387	123
Encargo de Uso da Rede Elétrica			1.875	1.203
Bolha Financeira			1.365	1.492
Crédito Tributos Recuperáveis			(1.512)	-
	60.495	58.718	15.813	13.515

22 – Custo da Operação

	2015	2014
Custo da Operação		
Pessoal	1.239	1.185
Administradores	467	416
Material	180	105
Serviço de Terceiros	250	410
Arrendamentos e Aluguéis	157	148
Seguros	9	4
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	623	341
Tributos	13	12
Amortização	368	340
(-) Recuperação de Despesas	(26)	(14)
Outros Gastos	184	213
Custo da Construção	858	675
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	44	30
Total	4.366	3.865



23 – Receitas e Despesas Financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita Financeira		
Renda de Aplicações Financeiras e Dividendos	704	536
Juros e Acréscimos Moratórios de Energia	182	200
Outras Receitas Financeiras	266	96
Tributos sobre as Receitas Financeiras	(58)	(27)
	<u>1.094</u>	<u>805</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre o Capital Próprio	(770)	(500)
Outras Despesas Financeiras	(35)	(34)
	<u>(805)</u>	<u>(534)</u>
Total	<u>289</u>	<u>271</u>

24 – Instrumentos Financeiros

Risco de Crédito: o risco surge da possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Concessionária como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Concessionária dos consumidores cativos são fixadas pela Aneel, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a Aneel determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros - A Concessionária mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

25 – Seguros

A empresa mantém segurados alguns de seus bens imóveis, sendo estes de forma regular e renovados anualmente.



Descrição	Inc./Raio/Expl.	Vend./Granizo	Danos Eletr./Outros	Início	Término
Imóveis	400	45	80	04/2015	04/2016
	80			11/2015	11/2016
	350	20	65	12/2015	12/2016
	Danos Mat.	Danos Pes.	Morte/Danos		
Veículos	450	450	288	05/2015	05/2016
	Morte	Invelidez			
Seguros Pessoal	47	47	Vencimento mensal		

26 – Ajuste a Valor de Presente

Considerando as disposições do CPC 12 e por se tratarem de valores irrelevantes nas contas dos clientes, outros créditos e fornecedores, não houve ajustes a valor presente no resultado da empresa.

27 – Divulgação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis societária e regulatória da Concessionária estão disponíveis no site www.muxenergia.com.br.

Mario Atílio Marin
 Presidente
 CPF: 030.976.250-20

Rosane Rovani de Linhares
 Contadora
 CRC: RS 55.496-O/8
 CPF: 494.609.860-72

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Srs. Sócios e Diretores da MUXFELDT MARIN E CIA LTDA.

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **MUXFELDT MARIN E CIA LTDA**, que compreende ao balanço patrimonial em 31 de dezembro 2015 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
2. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** - A Administração da empresa MUXFELDT MARIN E CIA LTDA é responsável pela elaboração adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
3. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Concessionária para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da ENTIDADE. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MUXFELDT MARIN E CIA LTDA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findados naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

5. **Outros assuntos**

Auditoria de Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2014, apresentados para fins de comparação, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 16 de março de 2016.



ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA
CONTADOR CRC/RS 43890.O-9 -CNAI 1076
CPF 437477870-53



PÉGASUS AUDITORES ASSOCIADOS SS
CNPJ 06.951.205/0001-39 - CVM AD 13.214/2013
CRC/RS 4.305